



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

Sandy Guimarães Chagas

**Dayton 30 anos depois: secessionismo na Republika
Srpska e os limites do *peacebuilding* liberal**

Trabalho de conclusão de curso

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Relações
Internacionais da Pontifícia Universidade
Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)
como requisito parcial para obtenção do
título de bacharel em Relações
Internacionais.

Orientadora: Paula Drumond

Rio de Janeiro
Novembro de 2025

Agradecimentos

Acima de tudo, gostaria de registrar todo o meu agradecimento e carinho aos meus pais, Zoraya Domingues Guimarães Chagas e Joel Vieira Chagas Júnior, por terem me criado e fornecido todas as condições para conclusão desta graduação.

À minha avó e minha tia, Eleni Costa Domingues Guimarães e Márcia Costa Domingues Guimarães, por serem sempre meu refúgio quando necessário. Agradeço também ao meu irmão, Breno Guimarães Chagas, por todo o apoio durante a elaboração deste trabalho, e pela convivência semi-pacífica que fomos capazes de manter durante esse processo.

Também deixo o meu agradecimento a todos que considero como parte da minha família mesmo sem os laços sanguíneos, meus amigos. Em especial, à minha “irmã escolhida”, Gabriela de Araujo Ribeiro de Souza, cuja amizade ao longo dos últimos 14 anos moldou profundamente a pessoa que eu sou hoje. Gostaria também de agradecer a Carolina Cunha, Maria Petry, Luísa Medina, Gabriel Saraiva, João Victor Castilho e Marcela Marsico, entre muitos outros. Destaco especialmente Maria Eduarda Café Massarotto, que, em um momento de incerteza, foi a pessoa que me inspirou a cursar Relações Internacionais.

Quero registrar por fim toda a minha gratidão aos funcionários e corpo docente da instituição por garantirem a estrutura e funcionamento da universidade. Deixo meu agradecimento especial à minha orientadora, professora Paula Drumond, que sempre esteve disponível, da forma mais acolhedora. Ao meu segundo leitor, professor Conor Foley, muito obrigado por aceitar esse desafio e por todas as suas aulas e orientações ao longo da graduação.

Resumo

Chagas, Sandy G. **Dayton 30 anos depois: secessionismo na Republika Srpska e os limites do peacebuilding liberal**. Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Este trabalho analisa como o arranjo institucional estabelecido pelo Acordo de Dayton criou as condições políticas que a Republika Srpska tem explorado para avançar sua agenda secessionista dentro de um Estado estruturalmente fragmentado. O estudo descreve o processo de construção de paz e a manutenção da intervenção internacional na Bósnia e Herzegovina até os dias de hoje. Analisa também a trajetória das iniciativas legislativas unilaterais e discurso revisionista adotados pela Republika Srpska. Por fim, apresenta como esses movimentos produzem ciclos recorrentes de crise institucional que desestabilizam o funcionamento político do país.

Palavras-chave

Construção de paz; secessionismo; nacionalismo; Acordo de Dayton.

Abstract

Chagas, Sandy G. **Dayton 30 years later: secessionism in Republika Srpska and the limits of liberal peacebuilding**. Rio de Janeiro, 2025. Trabalho de conclusão de curso – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This work analyzes how the institutional arrangement established by the Dayton Agreement created the political conditions that Republika Srpska has exploited to advance its secessionist agenda within a structurally fragmented state. The study describes the peacebuilding process and the maintenance of international intervention in Bosnia and Herzegovina to this day. It also analyzes the trajectory of unilateral legislative initiatives and revisionist discourse adopted by Republika Srpska. Finally, it shows how these movements produce recurring cycles of institutional crisis that destabilize the country's political functioning.

Keywords

Peacebuilding; secessionism; nationalism; Dayton Agreement.

Sumário

1. Introdução	5
2. Contextualização Histórica	9
3. O Acordo de Dayton e a construção da paz	16
3.1. O papel da comunidade internacional	17
3.2. Um arranjo político fragmentado	21
4. O Secessionismo da Republika Srpska	24
5. A construção da paz na Bósnia em retrospecto	33
6. Conclusão	37
7. Referências bibliográficas	39

1. Introdução

A Bósnia e Herzegovina vive, em 2025, um de seus momentos mais delicados desde o fim da guerra que ocorreu entre 1992 e 1995. Passadas três décadas desde a assinatura do Acordo de Dayton, o país enfrenta uma crise política marcada por bloqueios institucionais e ameaças abertas à sua soberania e integridade territorial. No centro de tudo isso encontra-se a Republika Srpska (RS), uma das duas entidades que compõem o país. Formada por uma maioria sérvia, a RS foi estabelecida formalmente pelo acordo de paz como parte da tentativa de estabilizar o pós-guerra por meio do reconhecimento formal das linhas de controle étnico estabelecidas durante o conflito.

Sob o comando do recém-deposto presidente Milorad Dodik (2010-2018; 2022-2025), por anos a república tem desafiado sistematicamente as instituições federais e questionado os fundamentos do próprio Estado bósnio. A retórica secessionista propagada por Dodik, marcada por boicotes e iniciativas legislativas unilaterais, é ancorada em um discurso tanto nacionalista quanto islamofóbico, evidenciando a fragilidade da paz que foi construída na Bósnia e Herzegovina pós-conflito.

A crise atual é resultado de um processo longo e cumulativo de desgaste institucional. Desde a implementação do Acordo de Dayton, que encerrou a guerra e definiu as bases do atual arranjo político, o país vive sob um modelo de governança complexo, sustentado pela presença contínua de atores internacionais e desenhado a fim de manter a paz entre os três grupos constituintes (bosníacos, croatas e sérvios). Esse sistema, altamente descentralizado, distribui o poder entre duas entidades federativas - a Federação da Bósnia e Herzegovina (de maioria bosniaca e croata) e a Republika Srpska (de maioria sérvia) - e um distrito autônomo, Brčko, além de prever cotas étnicas em praticamente todas as esferas do Estado. Assim, embora tenha garantido o fim da violência deflagrada e visasse a representatividade proporcional dos três povos, a estrutura resultante cristalizou divisões identitárias e impulsionou uma política baseada no bloqueio mútuo.

O que vemos hoje no arranjo político bósnio são as rachaduras em um modelo que, pelos últimos trinta anos, funcionou essencialmente como um mecanismo de contenção às tensões identitárias entre os três povos. Nesse cenário, as ameaças secessionistas da Republika Srpska surgem como um sintoma direto dessa construção de paz instável. De fato, apesar da excessiva presença de atores internacionais ser criticada amplamente pelos diferentes lados do espectro político bósnio, a rejeição da intervenção externa é um dos alicerces centrais do secessionismo sérvio propagado por Dodik. A crítica à presença internacional é constantemente utilizada como

justificativa para ações que desafiam as instituições estatais e os próprios fundamentos do Acordo de Dayton. Em diversas ocasiões, Dodik acusou o Alto Representante (figura designada pela comunidade internacional a supervisionar a implementação de Dayton) de agir como uma autoridade colonial e de representar os interesses do Ocidente, usando esse discurso para legitimar boicotes às instituições federais e medidas de autonomia unilateral da Republika Srpska (Hadzovic, 2023; SRpska NAtional, 2025; OHR, 2021a; OHR, 2025). Essa retórica, combinada a um discurso revisionista quanto ao genocídio que ocorreu na década de 1990, além de proximidade crescente com Moscou, tem fortalecido sua base doméstica e minado o já frágil equilíbrio político do país, transformando a contestação à presença internacional em instrumento de mobilização nacionalista e deslegitimação do aparato estatal.

O que está em jogo vai além da crise de um Estado pós-conflito: trata-se do esgotamento de um modelo de construção da paz cuja legitimidade vem sendo amplamente questionada há décadas. Com o influxo de conflitos durante os anos 1990 - Bósnia, Ruanda, Timor-Leste, Kosovo, entre outros - as intervenções internacionais pós-guerra passaram a adotar um formato padronizado, centrado na imposição rápida de instituições democráticas liberais, reformas de mercado e amplos mecanismos de tutela internacional, em uma abordagem fortemente verticalizada.

Embora jamais tenha alcançado uma estabilidade plenamente consolidada, a experiência bósnia foi frequentemente apresentada, sobretudo nos fóruns internacionais, como um caso de pós-guerra relativamente estabilizado graças à tutela internacional. De fato, a ONU, a OTAN, a União Europeia, e a OSCE desempenharam papéis centrais na reconstrução institucional e na manutenção da estabilidade da Bósnia pós-conflito. Contudo, o tempo revelou que essa paz é frágil e superficial, com as instituições democráticas funcionando de maneira disfuncional e a reconciliação social permanecendo distante. O que emergiu do pós-guerra bósnio não foi uma paz autônoma, mas sim uma dependência informal prolongada.

Partindo dessa constatação, o presente *Policy Paper* avalia os limites do paradigma liberal que orientou o processo de *peacebuilding* na Bósnia-Herzegovina a partir do fim da guerra, com o intuito de identificar alternativas para a construção de uma paz mais sustentável na região. À luz da atual conjuntura política marcada pelo secessionismo da Republika Srpska, aponta-se que o *peacebuilding* liberal, embora tenha impedido o retorno da violência armada, falhou em produzir reconciliação social e instituições locais autônomas. O resultado foi a consolidação de uma paz formal, dependente e vulnerável às crises nacionalistas que persistem na região há mais de um século. Diante desse cenário, torna-se urgente repensar as estratégias

internacionais de estabilização e identificar caminhos mais sustentáveis para a consolidação da paz.

Apesar de ser o tema central, a relevância deste *Policy Paper* não se restringe apenas ao caso bósnio. A instabilidade atual na região oferece um espelho das tensões que atravessam o próprio conceito de *peacebuilding* liberal, amplamente aplicado em diferentes contextos de pós-conflito nos últimos 30 anos. Embora atualmente haja maior conscientização acerca da fragilidade desse padrão verticalizado, a Bósnia continua operando sob um arranjo profundamente marcado pelos pressupostos de Dayton. E em um cenário global marcado pela ascensão de governos nacionalistas e pela crescente desconfiança em relação às instituições internacionais, tornou-se imprescindível repensar as bases do *peacebuilding* que foi aplicado em diversas sociedades pós-guerra. A Bósnia e Herzegovina, longe de ser uma exceção, representa um estudo de caso importante sobre os limites e as consequências de uma paz exportada e desconectada das realidades locais.

Para tal, o presente *Policy Paper* está diviso em quatro seções. A primeira apresenta uma contextualização histórica da Guerra da Bósnia (1992-1995), constituindo um quadro geral das origens do conflito e da fragmentação da antiga Iugoslávia. O objetivo desta primeira seção é compreender as raízes das divisões étnicas e institucionais que moldaram a configuração política atual do país. A segunda seção examina o imediato pós-guerra e a implementação do Acordo de Dayton, que pôs fim ao conflito, mas que também estabeleceu um sistema de governança extremamente complexo e dependente da supervisão internacional. Essa análise busca demonstrar como o modelo de paz adotado garantiu estabilidade inicial, mas perpetuou estruturas de poder baseadas na etnia e na tutela externa. A terceira seção apresenta um panorama do secessionismo na Republika Srpska, desde os primeiros questionamentos à autoridade do Estado central até a intensificação da retórica e das medidas separatistas sob o governo de Milorad Dodik. Por fim, a quarta seção avalia os limites do modelo liberal de *peacebuilding* adotado na Bósnia-Herzegovina à luz desta conjuntura. A partir disso, são propostas recomendações para a construção de uma paz mais sustentável, enfatizando a importância de mecanismos locais de governança e de uma atuação internacional mais sensível às dinâmicas internas das sociedades pós-conflito.

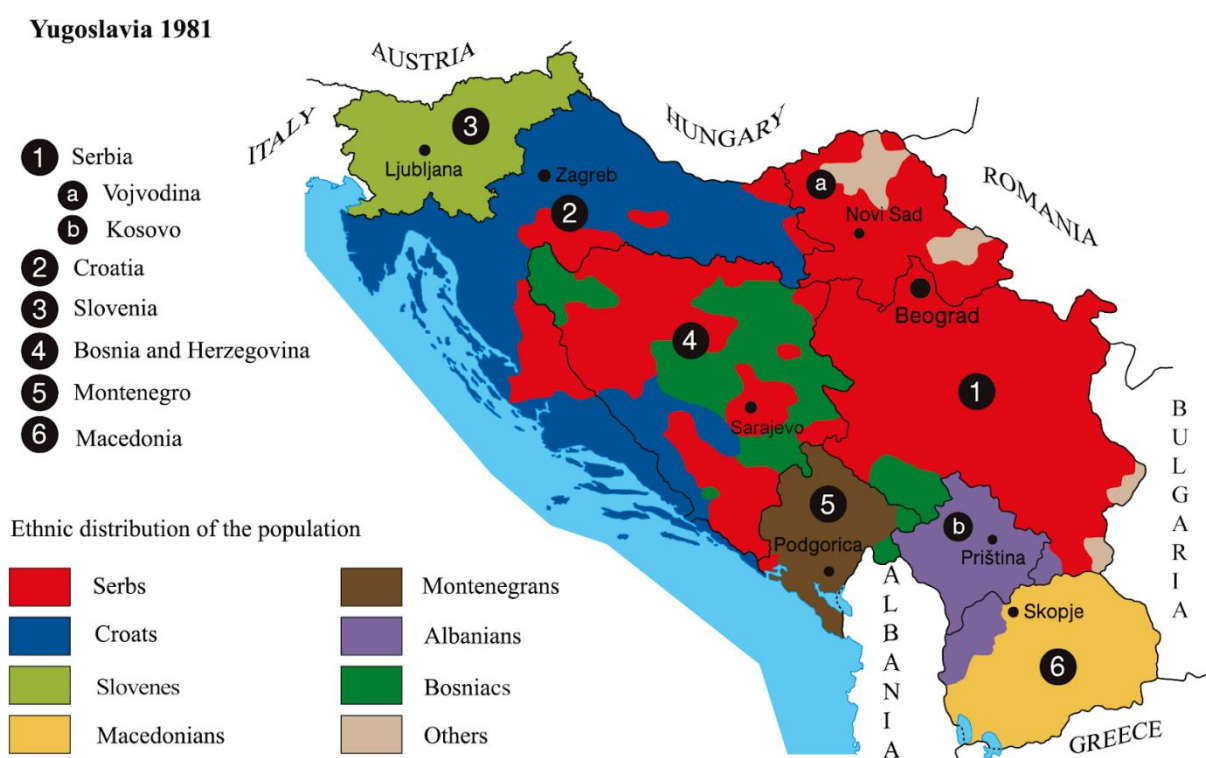
Em suma, esta pesquisa busca compreender como a atual crise política bósnia está inserida dentro do legado mais amplo das limitações do paradigma liberal de construção da paz e quais caminhos podem ser traçados para superá-las. Ao examinar a ascensão do secessionismo na Republika Srpska em um contexto de instabilidade do Estado bósnio, o presente *Policy*

Paper argumenta que a paz sustentada por dependência externa é insustentável no longo prazo. O caso da Bósnia e Herzegovina, portanto, é mais do que um desafio local: é um alerta sobre a necessidade de transformar uma paz imposta em uma paz de fato construída.

2. Contextualização Histórica

A guerra da Bósnia e Herzegovina (1992-1995) não pode ser compreendida isoladamente: ela se insere no processo mais amplo da dissolução da República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI), que por si só constitui um dos processos mais marcantes da transição europeia no pós-Guerra Fria. Criada em 1945 sob a liderança de Josip Broz Tito, a federação iugoslava buscava articular seis repúblicas - Bósnia e Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia - e duas províncias autônomas - Kosovo e Voivodina - em um sistema de distribuição de poder pautado por mecanismos de representação proporcional e de veto cruzado.

IMAGEM 1: Mapa da Iugoslávia em 1981



Fonte: OHR, Yugoslavia – 1981 (mapa), [s.d.]

O arranjo oferecia considerável autonomia das unidades federadas ao mesmo tempo em que estabelecia um equilíbrio frágil entre os diferentes grupos nacionais, conferindo ao sistema político um caráter altamente descentralizado baseado em um projeto comum de identidade iugoslava. (Ramet, 2006; Severo, 2011). O equilíbrio, no entanto, era mais político e administrativo do que social. A federação era composta por uma complexa diversidade étnica

e religiosa que era particularmente acentuada na Bósnia e Herzegovina, fazendo da república um microcosmo da própria Iugoslávia: nela, bósníacos majoritariamente muçulmanos, sérvios predominantemente ortodoxos e croatas católicos conviviam sob uma identidade supranacional. O regime de Tito (1953-1980) promoveu uma política baseada no princípio “fraternidade e unidade”, que buscava neutralizar as tensões entre as identidades étnicas em nome da coesão socialista, mas essa política dependia fortemente da autoridade e arbitragem pessoal de Tito (Ramet, 2006).

Os nacionalismos que vieram a definir a irrupção da guerra foram produtos de um processo histórico de longa duração. A partir do final da década de 1960, maior liberalização política e reformas econômicas atuaram como catalisadores para o agravamento da consciência étnico-nacional, com a Constituição de 1974 marcando um ponto de inflexão ao conceder maior autonomia às repúblicas e províncias, gerando uma federação descentralizada e mais vulnerável à fragmentação (Severo, 2011). Ao mesmo tempo, a crescente integração à economia mundial expôs o país às oscilações externas e ao endividamento, fatores que, combinados a uma coordenação econômica central mais fragilizada, precipitaram a crise econômica dos anos 1980, convertendo disputas fiscais e de desenvolvimento em vetores de mobilização nacionalista (Severo, 2011).

Por um lado, na Croácia, o nacionalismo assumiu um caráter mais reformista e emancipatório, vinculado à defesa de maior descentralização política e liberalização econômica. As elites políticas croatas passaram a associar o desenvolvimento nacional à modernização econômica e à abertura política, apresentando o centralismo de Belgrado como obstáculo ao progresso (Severo, 2011).

Por outro lado, na Sérvia, a reação foi de sentido oposto. O nacionalismo sérvio ressurgiu alimentado pelo ressentimento em relação à autonomia concedida às repúblicas e províncias, interpretada como um enfraquecimento artificial da Sérvia dentro da federação (Ramet, 2006). A partir da década de 1980, o discurso nacionalista foi capturado por Slobodan Milošević, cuja ascensão ao poder no final desta década marcou a virada centralizadora. Sob seu comando, o governo sérvio revogou a autonomia de Kosovo e Voivodina e articulou um projeto de recentralização do Estado, sustentado pelo lema “Sérvia forte, Iugoslávia forte” (Ramet, 2006, p. 355). Esse movimento apoiava-se em um sentimento coletivo de injustiça, que retratava a Sérvia como fragmentada e injustamente subordinada ao arranjo federal. O resultado foi a formação de um nacionalismo integracionista, que se opunha frontalmente às tendências

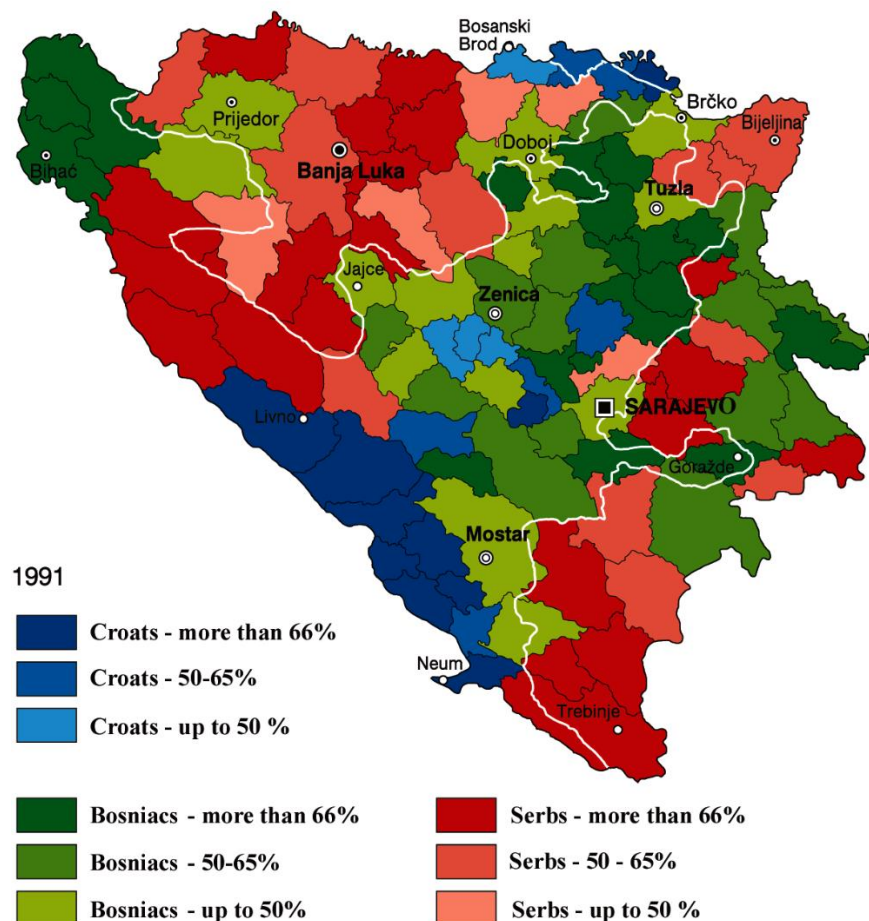
separatistas das demais repúblicas e transformou as tensões políticas em um embate identitário pela própria definição da Iugoslávia.

Nesse contexto, a morte de Tito, em 1980, fez com que a ausência de uma liderança unificadora que apaziguasse as tensões nacionalistas coincidissem com uma profunda crise econômica: a economia iugoslava enfrentava fragilidades estruturais caracterizadas por endividamento externo, desemprego crescente e pressões de instituições financeiras internacionais para implementar reformas liberalizantes, em um contexto de recessão global e de dependência do comércio internacional (Severo, 2011). Nesse ambiente, os líderes nacionalistas emergiram como alternativas capazes de mobilizar populações inseguras quanto ao futuro da federação.

Essa complexidade étnico-política, que já tensionava a federação como um todo, se manifestava de forma ainda mais aguda na Bósnia e Herzegovina, onde a diversidade populacional criava um cenário particularmente vulnerável. O censo realizado em 1991 explicita tal pluralidade: bósnios-muçumanos representavam 43,5% da população, os sérvios 31,2% e os croatas 17,4%. Montenegrinos, albaneses, eslovenos, os auto-declarados iugoslavos, nacionalidades não declaradas, entre outros, compunham os restantes 7,9% (Zekanovic, 2019, p. 263). Essa composição fazia da república o território mais heterogêneo da antiga Iugoslávia, com nenhuma comunidade detendo uma maioria absoluta e todas convivendo em proporções significativas.

IMAGEM 2: Composição étnica da Bósnia e Herzegovina em 1991

Ethnic composition before the war in BiH (1991)



Fonte: ReliefWeb, 2005

Por um lado, a liderança política da comunidade sérvia - representada principalmente pelo Partido Democrático Sérvio (SDS) e seu dirigente Radovan Karadžić - articulou um projeto político mais centralizado, orientado para a criação de uma entidade sérvia autônoma dentro do território bósnio que fosse alinhada às ambições do presidente sérvio Slobodan Milošević (Ramet, 2006). Por outro lado, as demais comunidades exibiam divisões internas. Entre os croatas, havia divisões quanto ao futuro político da Bósnia: parte das lideranças defendia a manutenção de um Estado bósnio unificado e cooperativo, enquanto outra parcela mais nacionalista buscava a integração dos territórios de maioria croata à Croácia (Ramet, 2006). No campo bosniaco também predominava a falta de consenso: alguns dirigentes enfatizavam uma identidade islâmica combinada à defesa da democracia pluralista, enquanto outros adotavam posições mais seculares (Ramet, 2006).

Nesse ambiente de fragmentação política e de incerteza quanto ao futuro da federação, em um contexto global marcado pela instabilidade do fim da guerra fria, o começo da década de 1990 impulsionou os avanços dos líderes sérvios-bósnios na institucionalização de seu projeto territorial. Documentos sérvios revelam que o Exército Popular Iugoslavo (JNA) havia começado a organizar e financiar milícias sérvio-bósnias muito antes do colapso formal da federação, ou de qualquer debate consolidado sobre a independência da Bósnia (Ramet, 2006). Em novembro de 1991, o SDS já avançava na criação de estruturas administrativas próprias e projetos territoriais no território bósnio, integrando mais de 50 municípios na sua rede paraestatal ilegal (Ramet, 2006). Em dezembro de 1991, a "Assembleia do Povo Sérvio", um corpo sem clara base constitucional, anunciou o estabelecimento de um estado sérvio dentro da República da Bósnia e Herzegovina, e a Republika Srpska foi formalmente proclamada em 9 de janeiro de 1992 como uma “comunidade política autônoma do povo sérvio da Bósnia e Herzegovina” (Ramet, 2006, p. 417).

A criação da entidade não representava apenas uma iniciativa local, mas parte de uma estratégia coordenada com o governo de Slobodan Milošević para assegurar a continuidade territorial e política do espaço sérvio após a iminente dissolução da Iugoslávia. A nova república estabeleceu uma constituição própria, reivindicando jurisdição sobre todos os territórios habitados por sérvios na Bósnia e criando instituições paralelas - parlamento, governo e forças de defesa - subordinadas ao SDS e articuladas com o JNA (Ramet, 2006). Em paralelo, lideranças croatas organizaram sua própria rede político-administrativa na Bósnia, contando com apoio direto do governo croata. Posto isso, a cooperação inicial entre croatas e bosníacos se deteriorou ao longo de 1992, com a situação oscilando de aliados em determinadas regiões e em conflito em outras (Björkdahl, 2018). De modo geral, enquanto o governo central de Sarajevo ainda buscava articular sua independência da República, a Republika Srpska já operava como um ente político autônomo, com estruturas de comando militar e aparato administrativo integrados à rede de poder de Belgrado.

Nesse contexto de divisões políticas internas, a questão da independência da Bósnia foi submetida a um referendo popular, realizado entre 29 de fevereiro e 1º de março de 1992, para consultar diretamente a população sobre a saída da federação iugoslava. O pleito, boicotado por parte da população sérvia, registrou 99,7% de votos a favor da independência bósnia, mas com participação de apenas 63,4% do eleitorado. Esse resultado não atendia aos critérios estabelecidos pela Comissão de Arbitragem da Conferência sobre a Iugoslávia, comumente conhecido como Comissão Badinter, que foi estabelecida pela então Comunidade Econômica

Europeia (CEE) (Severo, 2011). Ainda assim, o então presidente da Bósnia e Herzegovina, Alija Izetbegović, proclamou formalmente a independência do país em 3 de março de 1992.

O conflito, que se seguiu entre 1992 e 1995, combinou características de guerra civil, confronto interestatal e uma campanha coordenada de limpeza étnica contra a população bósníaca, configurando um real genocídio por parte das forças militares bósnio-sérvias. Estima-se cerca de 100 milhões de mortes no conflito, com a data-base conhecida como *Bosnian Book of Dead* (Ball, Tabeau, Verwimp, 2007) registrando um mínimo de 96,985 mortos ou desaparecidos confirmados relacionados ao conflito, sendo cerca 65% dessas vítimas bósnias-muçulmanas. Soma-se a este número cerca de 2 milhões de pessoas refugiadas ou deslocadas (Brubaker, 2013). Entre os episódios mais emblemáticos estiveram o cerco de Sarajevo, que durou quase quatro anos, e o massacre de Srebrenica, em julho de 1995, quando cerca de 8,372 pessoas - em sua grande maioria homens e meninos bosníacos - foram executados por forças sérvias-bósnias (Remembering Srebrenica, [s.d]). O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia (ICTY) reconheceu este episódio como genocídio em 2001, seguido pela Corte Internacional de Justiça, em 2007.

A guerra foi oficialmente encerrada com a assinatura do Acordo de Dayton em 14 de dezembro de 1995 em Paris, após negociações conduzidas em Dayton, Ohio. O documento reconheceu a soberania da Bósnia e Herzegovina, mas estabeleceu uma estrutura política baseada em duas entidades autônomas: a Federação da Bósnia e Herzegovina, de maioria bósníaca e croata, e a Republika Srpska, de maioria sérvia. Cerca 49% do território foi atribuído à RS, institucionalizando uma divisão que, na prática, legitimou as fronteiras violentas traçadas pela guerra.

Essa repartição foi acompanhada de um sistema de representação baseado nos “três povos constituintes”, que, embora tenha garantido o fim imediato da violência, consolidou na estrutura legal as divisões produzidas pela guerra. O arranjo foi celebrado como sucesso diplomático, mas significou também a submissão da soberania nacional a uma tutela internacional sem precedentes.

O pós-guerra imediato foi marcado pela presença massiva da comunidade internacional. Entre eles, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) liderou as forças de implementação, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) supervisionou eleições e processos de democratização, e um Alto Representante foi apontado pela comunidade internacional a fim de supervisionar a implementação do acordo. Na esfera econômica, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) coordenaram

programas de reconstrução. A intenção da comunidade internacional era clara: prontamente implementar instituições democráticas liberais no país nascente e impor uma rápida transição de economia socialista centralizada para uma subordinada à lógica do mercado, tudo isso sob forte tutela externa. Trinta anos após Dayton, os efeitos deste modelo de construção de paz são claros: a Bósnia e Herzegovina enfrenta crises persistentes de legitimidade e funcionalidade institucional. Destaca-se neste quadro as frequentes ações unilaterais da Republika Srpska, que, sob a liderança de Milorad Dodik, tem articulado um projeto secessionista fundamentado em um discurso etnonacionalista fortalecido justamente pela crítica à excessiva presença internacional no país.

A Bósnia e Herzegovina tornou-se, assim, um caso emblemático para refletir sobre os limites das intervenções internacionais em contextos de guerra civil. Visto isso, a próxima seção analisa o paradigma que orientou o processo de construção de paz, abordando seus fundamentos conceituais e como foi aplicado na região.

3. O Acordo de Dayton e a construção da paz

Com o fim da Guerra Fria, novos conflitos internos e a fragmentação de antigos regimes socialistas levaram a ONU e as demais organizações multilaterais a ampliar o escopo de suas operações de estabilização. Gradualmente, o conceito de *peacebuilding* entrou de forma explícita na agenda internacional. No relatório *An Agenda for Peace* (1992), o então secretário-geral Boutros Boutros-Ghali (1992, p. 11, tradução minha) definiu o *peacebuilding* como uma “ação para identificar e apoiar estruturas que tendem a fortalecer e consolidar a paz, a fim de evitar uma recorrência do conflito”. Assim, a noção de paz liberal, que associa a estabilidade duradoura à combinação entre democracia representativa, economia de mercado e respeito aos direitos humanos, passou a nortear as intervenções externas em contextos pós-guerra (Suma, 2017). Sua lógica é relativamente simples: promover estabilidade por meio da criação de instituições democráticas, abertura econômica e adoção de marcos normativos alinhados ao que se entendia como boas práticas de governança.

Na prática, esse modelo propõe reconstruir Estados fragilizados por meio de reformas institucionais conduzidas externamente e sustentadas por apoio financeiro e técnico internacional. O objetivo era transformar rapidamente o aparato estatal, reorganizar a burocracia pública, promover processos eleitorais considerados legítimos, e estabelecer minimamente mecanismos de diálogo político entre os atores em conflito (Suma, 2017). Na Bósnia e Herzegovina, no entanto, esse enfoque assumiu um papel ainda mais abrangente. Dentro do contexto da dissolução iugoslava, o país não precisava apenas reparar instituições danificadas: era necessário criar um Estado novo. Assim, *peacebuilding* e *statebuilding* se tornaram processos sobrepostos, guiados por uma intervenção internacional direta que estruturou grande parte das instituições centrais do pós-guerra. O arranjo resultante atendeu à necessidade urgente de estancar o conflito, mas também deixou marcas profundas no modo como o Estado bósnio seria capaz (ou incapaz) de se sustentar autonomamente nas décadas seguintes.

3.1. O papel da comunidade internacional

Sob esse paradigma, a nova arquitetura institucional que emergiu no pós-guerra bósnio foi aplicada formalmente por meio do Acordo de Dayton. O texto do acordo, formalmente intitulado *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina* (GFAP), estabeleceu não apenas o fim formal da guerra, mas também a estrutura política e constitucional do emergente Estado - o Anexo 4 do acordo corresponde à constituição do país, que permanece em vigor até hoje. Esse desenho institucional é um dos elementos centrais que impede o país de superar a lógica sobre a qual a sua paz foi construída, uma vez que vincula a própria existência do Estado a um arranjo político elaborado e fortemente condicionado pela comunidade internacional.

O documento previu um sistema de implementação supervisionado por uma rede de instituições internacionais, que assumiram responsabilidades diretas sobre diferentes esferas da reconstrução. Seus quatro pilares principais são: a Missão das Nações Unidas na Bósnia-Herzegovina (UNMIBH), encarregada de restaurar a lei e a ordem e apoiar a reconstrução econômica; a OSCE, responsável pela organização de eleições e pela promoção dos direitos humanos; a União Europeia, que assumiu funções de estabilização macroeconômica e *statebuilding*; e a OTAN, encarregada de garantir a segurança e supervisionar o cumprimento do Anexo Militar do Acordo (Suma, 2017). Para coordenar esses esforços, foi criado o Conselho de Implementação de Paz (PIC), o principal fórum político de supervisão do acordo integrado pelos 55 países e organizações envolvidas no processo de paz da região - como ONU, Conselho Europeu, OSCE, ICTY, entre outros -, seja por meio de financiamento, apoio militar ou presença institucional.

O PIC também é responsável por nomear o Alto Representante para a Bósnia e Herzegovina, figura prevista no Anexo 10 do GFAP. Embora seu mandato inicial previsse apenas a supervisão civil do acordo, ele rapidamente se transformou em um órgão dotado de amplos poderes executivos e legislativos. Em 1997, durante a Conferência de Bonn, o PIC ampliou significativamente seu mandato ao conceder os chamados “Poderes de Bonn”, que dotaram ao Alto Representante dois tipos de competências: (i) legislativas, ao impor medidas provisórias com força de lei quando as instituições locais não conseguiam alcançar consenso; e (ii) executivas, ao destituir autoridades eleitas ou nomeadas que violassem ou obstruíssem o Acordo de Paz. Esses poderes transformaram o Alto Representante de um coordenador

internacional em um verdadeiro executor de última instância na política bósnia, legitimado por uma interpretação expansiva do mandato original pelo PIC (Banning, 2014).

No decurso das últimas três décadas, a forma como o Alto Representante exerceu suas prerrogativas variou substancialmente, revelando ciclos de intervenção intensa, períodos de retração e tentativas frustradas de encerramento da missão. Entre 1997 e 2010, o Escritório do Alto Representante adotou postura mais assertiva: somente nos treze primeiros anos, foram tomadas cerca de 900 decisões (Banning, 2014, p. 277). Picos dessas intervenções ocorreram em 2002 e 2004, cada ano com cerca de 160 decisões contramajoritárias (Szewczyk, 2010, p. 5).

A longevidade do cargo também foi marcada por sucessivas tentativas de encerramento - todas malsucedidas. O mandato, inicialmente prorrogado por dois anos em 1996, tornou-se indefinido em 1997. Em 2007, o então Alto Representante Christian Schwarz-Schilling chegou a anunciar que fecharia o escritório no ano seguinte, mas foi substituído antes do prazo por Miroslav Lajčák, apoiado por mais uma extensão do mandato (Banning, 2014). Tentativas internas de definir um plano de saída falharam pela ausência de critérios objetivos: o próprio Alto Representante mantém liberdade para definir as metas e avaliar quando elas são cumpridas (Banning, 2014).

Após um período de quase dez anos sem uso considerável dos “poderes Bonn” entre 2011 e 2021, o Alto Representante Valentin Inzko “reativou” os poderes em julho de 2021, ao criminalizar a negação do genocídio de Srebrenica, medida que, embora necessária, reacendeu tensões políticas com a Republika Srpska (Fella, 2025). Seu sucessor e atual detentor do cargo, Christian Schmidt, assumiu em agosto de 2021 e, desde então, utilizou os poderes com maior frequência, dando continuidade às tensões com lideranças sérvio-bósnias tal como seus antecessores (Orosz, 2023).

Por outro lado, em relação aos processos democráticos, a OSCE foi encarregada de organizar e supervisionar eleições, conforme o Anexo 3 do acordo. Nos primeiros anos pós-Dayton, a OSCE organizou eleições nacionais e locais, introduzindo sistemas eleitorais proporcionais e promovendo a participação de partidos políticos que representassem os diferentes grupos étnicos. As primeiras eleições parlamentares, no entanto, foram realizadas apressadamente em setembro de 1996, sob forte pressão externa para ocorrerem antes do fim do mandato da IFOR (Suma, 2017). Além das irregularidades formais e da fragilidade organizacional, o curto intervalo para a formação e estabelecimento de novos partidos políticos

e a escassez de recursos favoreceram os grupos nacionalistas já estruturados durante a guerra. O resultado foi a vitória expressiva (cerca de 86% dos votos) desses partidos (Suma, 2017).

No campo da segurança, o Anexo 1-A do Acordo de Dayton estabeleceu que a responsabilidade pela implementação dos aspectos militares do acordo caberia a uma força multinacional sob comando da OTAN e sob autoridade do Conselho de Segurança, a chamada *Implementation Force* (IFOR). Ao término do mandato da IFOR no ano seguinte, o Conselho estabeleceu sua sucessora, a *Stabilization Force* (SFOR), também sob comando da OTAN, através da Resolução 1088, de dezembro de 1996.

A SFOR permaneceu no país até 2004, quando foi substituída pela missão da União Europeia, a EUFOR Althea, autorizada pela Resolução 1575 do Conselho de Segurança. Esta assumiu as responsabilidades de manutenção da paz em cooperação com a OTAN, sob a expectativa de continuar a apoiar a reforma das forças armadas locais. Inicialmente composta por cerca de 7.000 militares, a EUFOR reduziu seu efetivo em 2007 para aproximadamente 2.500, dentro da estratégia de transição gradual para as forças locais (European Union, 2009). Contudo, em 2022, citando vagamente o “agravamento das tensões regionais”, sendo estas principalmente relacionadas à invasão da Ucrânia pela Rússia, a União Europeia decidiu reforçar sua presença, duplicando temporariamente suas reservas de 600 para cerca de 1.100 militares (Shannon, 2022). Atualmente, a missão continua com mandato renovado anualmente.

Em relação ao alto volume de refugiados e deslocados relacionados a guerra, o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) foi incumbido de implementar o direito ao retorno previsto no Anexo 7 de Dayton, que estabelecia que todos os refugiados e deslocados poderiam voltar livremente às suas casas de origem e recuperar suas propriedades (OSCE, 1995). Um de seus maiores objetivos era reverter a profunda divisão demográfica fruto das práticas de limpeza étnica que ocorreram durante a guerra, mas essa política mostrou-se de difícil execução: em 1996 apenas cerca de 250 mil retornos haviam ocorrido dos estimados 2 milhões deslocados, em sua maioria de “retornos majoritários”, isto é, para áreas dominadas pelo mesmo grupo étnico do deslocado, o que aprofundou a homogeneização étnica em vez de restaurar comunidades mistas (Brubaker, 2013). Quanto aos retornos minoritários, apesar de um pico em 2002, quando foram registradas mais de 100 mil restituições de propriedade, muitos deslocados não se reintegraram de fato às comunidades originais, optando por vender ou alugar os imóveis recuperados (Brubaker, 2013).

Cabe mencionar também a atuação internacional na esfera judiciária, delineada no Artigo VI da Constituição, que estabeleceu a Corte Constitucional da Bósnia-Herzegovina. Essa

corte é composta por nove juízes, dentre eles três indicados pelo presidente do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos, após consulta à Presidência da Bósnia. Tal configuração conferiu à comunidade internacional participação direta na composição do órgão judicial máximo do país.

Por fim, a influência internacional não se limitou ao campo institucional: o mesmo paradigma liberal que orientou a construção do novo arranjo constitucional também moldou as bases econômicas do Estado bósnio. No imediato pós-guerra, o Banco Mundial e o FMI assumiram a liderança durante o processo de reconstrução econômica. Conforme relatório do Banco Mundial publicado em 1997, a estratégia coordenada por estas instituições girou em torno de três eixos: (i) o fortalecimento das políticas e instituições de gestão macroeconômica, com um Banco Central independente operando sob o regime de *currency board* (atrelando a nova moeda ao marco alemão, sendo substituído pelo euro em 2002); (ii) a privatização de empresas e bancos, acompanhada da promoção de um setor privado competitivo e de alguma coordenação econômica entre as entidades; e (iii) a reforma do mercado de trabalho e da rede de proteção social, voltada à geração de emprego e à provisão mínima de assistência a grupos vulneráveis em um contexto de escassez fiscal (World Bank, 1997, p. ix).

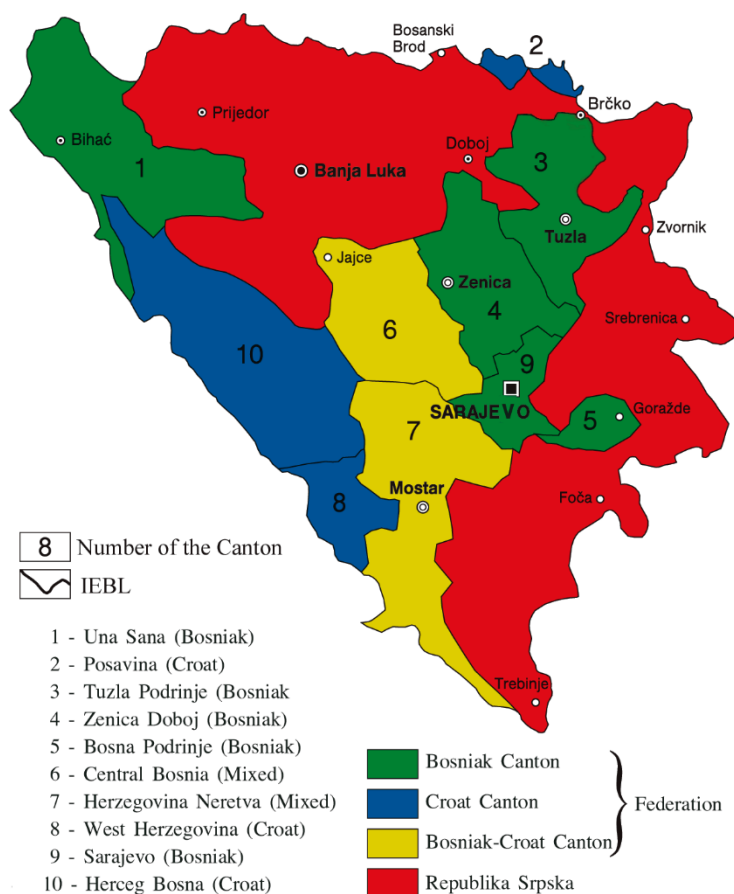
Na prática, tais estratégias de liberalização econômica rápida e o processo de privatização no pós-guerra bósnio produziram efeitos ambivalentes. Essas reformas de fato atraíram algum retorno de fluxos de capital e contribuíram para a estabilização inicial do ambiente econômico, mas os processos de venda de ativos públicos (antes coletivos) foram frequentemente capturados por elites político-partidárias, fortalecendo redes de clientelismo e possibilitando a concentração de propriedade nas mãos de grupos ligados a lideranças étnicas (Global Centre for Pluralism, 2023). Como resultado, esse padrão de captura impediu a consolidação de um mercado unificado entre as entidades e favoreceu o surgimento de economias locais controladas por interesses nacionalistas, limitando a integração econômica efetiva entre Federação e Republika Srpska.

3.2. Um arranjo político fragmentado

A Constituição estabelecida por Dayton estruturou a Bósnia e Herzegovina como um Estado soberano composto por duas entidades: a Federação da Bósnia e Herzegovina e a Republika Srpska, cada qual também possuindo constituição própria. O documento também definiu um sistema eleitoral onde os cidadãos residentes na Federação elegem os membros bosniaco e croata da Presidência, enquanto aqueles que vivem na Republika Srpska elegem o membro sérvio. Esse arranjo também restringe quem pode concorrer a cada posto, uma vez que candidatos só podem representar o “povo constituinte” majoritário da entidade em que residem. Apesar de diversas decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos denominando o arranjo como discriminatório e, portanto, violador dos direitos humanos, ele permanece como o sistema eleitoral vigente no país (RFE/RL's Balkan Service, 2023).

IMAGEM 3: Mapa da Bósnia e Herzegovina após a guerra

Federation of BiH



Fonte: OHR, Federation of BiH (mapa), [s.d.]

Além disso, por não haver consenso sobre a tutela do distrito de Brčko, região localizada entre as duas entidades e que foi palco de diversos confrontos armados, esta foi explicitamente listada como uma questão em disputa, a ser decidida por arbitragem internacional. Essa decisão veio em 1999, quando o Tribunal de Arbitragem de Brčko estabeleceu o Distrito de Brčko como uma unidade administrativa autônoma, que não pertence nem à Federação nem à Republika Srpska. O distrito ficou sob supervisão internacional direta do Alto Representante até 2012, quando a supervisão formal foi suspensa (OHR, 2012).

O aspecto mais singular do documento, no entanto, pode ser encontrado no artigo V do Anexo 4, que estabelece o sistema de presidência tripartite que vigora até hoje no país. Nele, é eleito um membro de cada povo constituinte, sendo estabelecidos mecanismos de veto que permitem a qualquer representante bloquear decisões consideradas “destrutivas de um interesse vital da Entidade do território de onde foi eleito” (OSCE, 1995, p. 24, tradução minha). Tal mecanismo também se estende a processos decisórios legislativos e administrativos, tornando-se um dos elementos mais paralisantes do sistema político: foi invocado quase 400 vezes entre 1997 e 2007 (Marko, 2021). Após as eleições de 2018, por exemplo, disputas entre partidos atrasaram por mais de um ano a formação do Conselho de Ministros, deixaram o Estado sem orçamento por 18 meses e praticamente suspenderam o trabalho parlamentar (Bertelsmann Stiftung, 2024). Mais recentemente, em 2021, um novo boicote interrompeu o funcionamento das instituições estatais por vários meses. Na Federação, a incapacidade de formar governo manteve uma administração interina por todo o mandato, com cadeiras vagas e produção legislativa mínima - o nível mais baixo desde o fim da guerra (Bertelsmann Stiftung, 2024).

Percebe-se, assim, que o processo de construção da paz na Bósnia e Herzegovina partiu do pressuposto de que a estabilização só seria possível mediante um arranjo institucional capaz de acomodar formalmente as identidades nacionais. Isso reflete o cerne do problema da lógica liberal que foi estabelecida neste processo de reconstrução: uma falta de centralidade da reconciliação social e transformação das relações interétnicas, imprescindíveis para a manutenção duradoura da paz na região. Além disso, a fragilidade do sistema não decorre apenas dessa divisão: é reforçada pela presença constante de atores internacionais, que não apenas supervisionam o processo político desde então, mas até hoje intervêm na administração cotidiana, botando em xeque a própria ideia de um Estado soberano bósnio.

Com este panorama em mente, a próxima seção delinea um dos sintomas mais prevalentes dessa limitação estrutural: o secessionismo da Republika Srpska. A persistência de demandas de autonomia e a retórica revisionista que as acompanham refletem como a

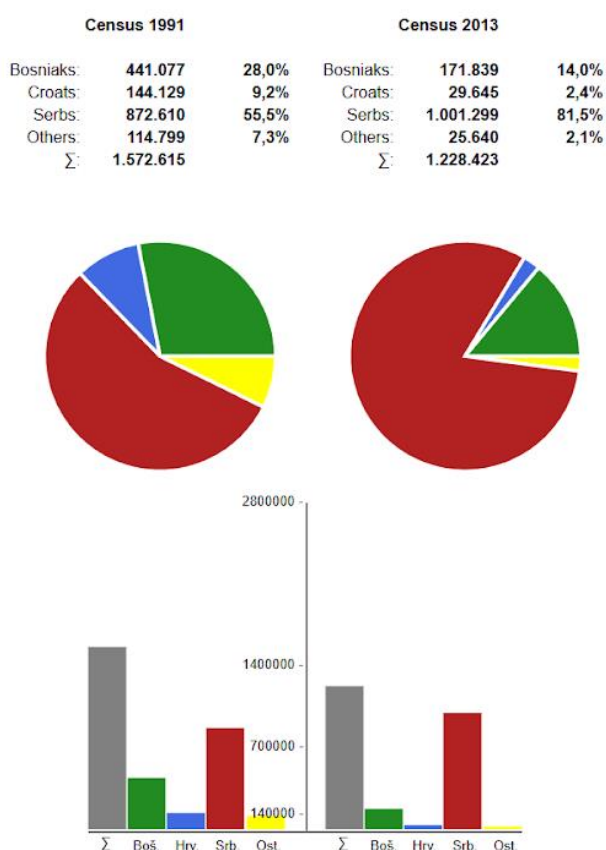
institucionalização da etnicidade e prolongada presença internacional, longe de resolver conflitos, consolidou linhas de divisão que continuam a desafiar a coesão política da Bósnia e a estabilidade do processo de construção de paz na região.

4. O Secessionismo da Republika Srpska

Como exposto nas seções anteriores, a entidade que hoje corresponde à Republika Srpska surgiu como resultado direto do projeto político das lideranças sérvias de manter controle sobre as áreas onde os sérvios constituíam maioria demográfica e influência administrativa. Desde sua origem, a formação dessa estrutura estatal paralela expressava uma rejeição à integração no Estado bósnio em construção, refletindo a aspiração de garantir continuidade territorial e política com a Sérvia.

Como resultado direto do conflito que se seguiu, a RS de fato consolidou-se como um território de maioria sérvia, como pode ser observado na comparação entre os censos de 1991 e 2013: antes da guerra, a população da atual RS era mais etnicamente diversa - cerca de 55% sérvios, 28% bosníacos e 9,2% croatas -, enquanto o último censo, realizado em 2013, indica uma homogeneização acentuada, com mais de 80% da população declarando-se sérvia.

IMAGEM 4: Comparativo entre o censo de 1991 e o de 2013



Fonte: Statistika.ba, [s.d]

Essas mudanças demográficas consolidaram a RS como uma entidade etnonacional praticamente autônoma, tanto social quanto politicamente. Deste modo, apesar de ser oficialmente uma entidade administrativa do pós-guerra, a RS emergiu de fato como a materialização institucional de um projeto separatista com aspirações estatais. A homogeneização étnica observada no território reduziu o incentivo à integração com as instituições centrais e criou o terreno estrutural para o secessionismo persistente das décadas seguintes.

No imediato pós-guerra, o processo de reconstrução somado ao rígido sistema de tutela internacional conteve, em grande parte, as aspirações separatistas da liderança sérvio-bósnia. Não obstante, embora o Acordo de Dayton tenha formalizado a submissão da Republika Srpska às instituições estatais recém-criadas, a orientação política da entidade permaneceu nas mãos das elites ligadas ao SDS, seu partido fundador e que comandou sua estrutura política durante a guerra. Esse ambiente permitiu a continuidade de uma retórica de resistência ao Estado central, ainda que menos explícita do que as aspirações secessionistas observadas nos anos posteriores. Em um relatório de 1997 direcionado ao Secretário-Geral das ONU, o então Alto Representante constata:

A República Sérvia continua a fingir ser um Estado; várias de suas leis estão repletas de referências e terminologia nesse sentido. A continuidade do Ministério das Relações Exteriores é contrária ao Acordo de Paz, assim como a menção a questões cruciais de política econômica externa na recém aprovada Lei do Senado da República Sérvia. Uma Lei sobre Câmbio, embora vaga em detalhes, confere amplos poderes ao Banco Nacional da República Sérvia para legislar sobre o funcionamento do mercado cambial e se refere a “novos dinares” como moeda nacional (OHR, 1997a, p.22-23, tradução minha).

A renúncia formal de Radovan Karadžić - que liderou o SDS durante a guerra - em julho de 1996 não eliminou sua influência em redes políticas e de segurança. O final dos anos 90 foi marcado por uma crise política fruto da ruptura interna entre o bloco leal a esta antiga liderança, e a primeira presidente eleita pós-guerra, Biljana Plavšić. Esta buscava distanciar-se da influência do SDS e aproximar-se da comunidade internacional, contando com apoio direto dos Estados Unidos (apesar de também ter apoiado o projeto nacionalista sérvio durante a guerra, sendo condenada por crimes contra a humanidade pelo ICTY em 2003) (Human Rights Watch, 1997). A crise levou o Alto Representante e a SFOR a intervir, inclusive ocupando órgãos de mídia vinculados à antiga liderança (OHR, 1997c). Diante do impasse, Plavšić dissolveu a Assembleia e convocou novas eleições, em processo apoiado pelo Alto Representante e pela OSCE.

Foi este ambiente de instabilidade que abriu espaço para a ascensão de Milorad Dodik, líder da recém-criada Aliança de Social-Democratas Independentes (SNSD) que era até então visto como uma alternativa moderada quando comparado ao ultranacionalismo da SDS. Em 1998, com apoio explícito dos Estados Unidos, de Plavšić e do Alto Representante, Dodik foi eleito primeiro-ministro da RS, ocupando seu primeiro alto cargo no aparato sérvio-bósnio (Human Rights Watch, 2000). Sua nomeação marcou uma tentativa internacional de enfraquecer a rede política ultranacionalista associada ao SDS e de consolidar uma liderança “pragmática” capaz de cooperar com Sarajevo - um cálculo que, paradoxalmente, viria a facilitar a ascensão de Dodik como principal articulador do secessionismo sérvio-bósnio nas décadas seguintes. No demais, a resistência ao poder central na primeira década pós-conflito concentrou-se principalmente numa forte resistência a cooperar com o ICTY: autoridades da RS frequentemente não executavam mandados de prisão contra suspeitos de crimes de guerra, incluindo membros do SDS como o próprio ex-presidente Karadžić, que evadiu seu mandado de prisão por 13 anos (ICTY, [s.d]).

As aspirações secessionistas ressurgiram de fato na Republika Srpska em um contexto de intenso debate sobre a autodeterminação nos Bálcãs, com as declarações de independência de Montenegro e do Kosovo em 2006 e 2008, respectivamente. Importa notar que a independência montenegrina decorreu de referendo, procedimento que se tornaria, a partir de então, eixo estratégico da retórica separatista da RS. Dodik, que havia sido reeleito como primeiro-ministro da entidade no mês anterior, ressurgiu neste período como a figura central de uma retórica progressivamente mais nacionalista, afastando seus aliados ocidentais. Entre os episódios mais notáveis, destaca-se:

Em fevereiro de 2008, o parlamento da RS aprovou uma resolução que classificou a declaração de independência do Kosovo como um ato violador da integridade territorial sérvia, concluindo no documento que “A Assembleia Popular da República Sérvia considera, portanto, que tem o direito de determinar sua posição sobre seu Estado e status jurídico por meio de votação direta em referendo” (Stanic, 2008, p. 1, tradução minha). Poucos meses depois, os Estados Unidos cortaram a sua ajuda para desenvolvimento ao partido de Dodik (SNSD), citando expressamente as aspirações etnonacionalistas do partido como motivo para o corte no apoio financeiro e técnico (Sito-Sucic e Soja, 2008).

Em 2009, a liderança da RS passou a confrontar mais diretamente a autoridade do Alto Representante, enviando em fevereiro uma carta ao Conselho de Segurança da ONU afirmando que não existe base legal para os poderes do Alto Representante e acusando sua atuação de

violar a Constituição e o Acordo de Dayton; em abril, Dodik reforçou essa linha ao declarar que o motivo principal para a instabilidade na Bósnia é devido a “atividade ilegal de longo prazo” deste representante internacional (OHR, 2009).

Ao assumir a presidência da entidade após dois mandatos como primeiro-ministro, sendo também reeleito neste novo cargo, Dodik (2010-2018) consolidou um projeto voltado a contestar progressivamente as competências do Estado central, apresentando a RS como a única estrutura institucional “funcional” do país. Relatórios do Alto Representante desse período registram declarações recorrentes em que o presidente afirmava que a Bósnia e Herzegovina é “insustentável” e um “experimento que se mostrou mal-sucedido” (OHR, 2014; 2015; 2018). A posição do partido não foi deixada à interpretação. Conforme o então presidente:

A ideia da RS como um Estado nunca se perdeu, apenas foi relegada a um segundo plano, e agora a reabilitamos completamente e a colocamos na agenda. Estou convencido de que a entidade sérvia conquistará sua independência e gostaria de ser o homem a liderar esse processo (Dodik *apud* OHR, 2014, p. 16-17, tradução minha).

O primeiro grande teste da nova estratégia centrada em referendos ocorreu em 2011, quando o governo da RS anunciou um referendo que questionaria a população da entidade quanto seu apoio às leis impostas pelo Alto Representante na Bósnia, em particular sobre o Tribunal e o Ministério Público. A intervenção diplomática da União Europeia levou ao cancelamento do pleito, mas o episódio firmou um precedente duradouro: a partir desse momento, o mecanismo de referendo configurou elemento central na estratégia política da RS, mesmo quando não executado (Hadzovic e Remikovic, 2011).

Em abril de 2015, o SNSD aprovou uma declaração política que reafirmou a possibilidade de a Republika Srpska definir seu próprio status caso suas demandas acerca da transferência de competências para a RS não fossem cumpridas (OHR, 2015). O documento comprometia o partido a organizar, até 2018, um referendo sobre a validade da legislação relativa ao Tribunal e ao Ministério Público da Bósnia e Herzegovina sobre o território da RS, assim como a da figura do Alto Representante. Nessa linha, Dodik afirmou publicamente que a estratégia da RS consistia em exigir a harmonização da Bósnia e Herzegovina com o “Dayton original”, apresentando a independência como desfecho “legítimo” caso tal revisão não ocorresse (OHR, 2015).

Este referendo também nunca se materializou. No entanto, consolidou um giro discursivo crucial na estratégia do SNSD: a independência deixou de ser apenas ameaça retórica e passou a ser vinculada a uma narrativa de “restauração” institucional, apresentada como

resposta à erosão da suposta autonomia que teria sido garantida por Dayton antes dos poderes Bonn entrarem em efeito.

Um referendo que de fato foi realizado nesse período foi o relativo ao feriado de 9 de janeiro, celebrado como “Dia da República” na RS. A data remete à autoproclamação da “República do Povo Sérvio da Bósnia e Herzegovina”, marco inicial do projeto separatista sérvio-bósnio. Em novembro de 2015, a Corte Constitucional da Bósnia e Herzegovina declarou o feriado inconstitucional por discriminar os demais povos constituintes e determinou medidas provisórias proibindo sua celebração até que nova legislação fosse adotada (Seroka, 2016). Em resposta, o governo da RS convocou um referendo para confirmar a manutenção da data, mesmo diante de advertências explícitas da Corte e do Alto Representante. Realizado em setembro de 2016, com participação de 56% dos eleitores registrados, o referendo aprovou por ampla maioria (99%) a continuidade do feriado (Seroka, 2016). O governo da RS prosseguiu desde então com sua celebração anual apesar das decisões vinculantes da Corte Constitucional, sinalizando a disposição das lideranças sérvio-bósniás em desafiar frontalmente as decisões no nível estatal.

A eleição de Milorad Dodik como o membro sérvio da Presidência tripartite do país em outubro de 2018 alterou a dinâmica política ao colocar a principal voz secessionista da RS numa posição formal de representação ao mais alto nível do Estado. Soma-se a isso um ambiente político cada vez mais instável: durante meses após as eleições, formou-se um impasse prolongado na formação das autoridades estatais, resultado de desacordos entre o SNSD e partidos da Federação quanto à orientação do governo central e à cooperação com a OTAN, afetando diretamente o andamento de reformas previstas no processo de integração europeia (OHR, 2019).

Paralelamente, autoridades da RS intensificaram a contestação de competências transferidas ao nível estatal, especialmente nos domínios de defesa, tributação indireta e justiça. Em 2019, passaram a reivindicar que tais competências haviam sido “usurpadas”, defendendo sua revisão pela Assembleia Legislativa da RS e ameaçando a retirada da entidade de estruturas estatais essenciais (OHR, 2019). Esse movimento foi acompanhado por um padrão de bloqueio funcional: representantes da RS passaram a interromper votações no Conselho de Ministros e a condicionar a participação em órgãos conjuntos a concessões específicas. No campo jurídico, a entidade intensificou a prática de descumprir decisões da Corte Constitucional, sobretudo relacionadas ao registro de propriedades estatais relacionadas à defesa (OHR, 2019). Mais especificamente, autoridades da RS se recusaram em diversas ocasiões em registrar essa

propriedade sob o Estado da Bósnia e Herzegovina, alegando, mais uma vez, que o país não teria nenhum tipo de direito à propriedade sob os pressupostos do “acordo de paz original” (OHR, 2019).

No plano simbólico, o discurso oficial da RS reforçou narrativas cada vez mais islamofóbicas e revisionistas sobre a guerra, incluindo a minimização das responsabilidades de líderes sérvio-bósnios condenados e a contínua negação de que um genocídio tenha de fato ocorrido. Durante sua campanha eleitoral em 2018, Dodik (*apud* OHR, 2018, p. 19, tradução minha) declara que “os bósnios planejaram o genocídio para que os EUA bombardeassem os sérvios” e que “Srebrenica é uma política global fictícia dos Estados Unidos e da OTAN” (Dodik *apud* OHR, 2018, p. 19, tradução minha). Somado a essa negação aberta do genocídio encontra-se um discurso abertamente hostil à população muçulmana, que passaram a ser descritos como ameaça demográfica e política. Autoridades sérvio-bósnias em diversos momentos retrataram práticas religiosas islâmicas de forma pejorativa, disseminando a retórica infundada de que os partidos bósnios buscavam criar um “Estado mulçumano” na Europa (Gadzo, 2019).

A última virada de década veio a representar a etapa mais crítica do secessionismo na Republika Srpska. Os últimos cinco anos foram marcados não só pela intensificação da retórica separatista e desacato sistemático às instituições estatais, mas também pela consolidação de estruturas paralelas no território da RS e aprofundamento de alianças políticas externas, principalmente com a Sérvia, Rússia e Hungria.

A escalada recente tem como momento catalisador a decisão em julho de 2021 do então Alto Representante de criminalizar declarações públicas justifiquem ou neguem um crime de genocídio, crimes contra a humanidade ou crimes de guerra (OHR, 2021a). A reação da liderança da RS foi imediata e coordenada: representantes sérvios iniciaram um boicote integral das instituições estatais, incluindo a Presidência e o Conselho de Ministros, paralisando por meses o processo decisório no nível central (OHR, 2021b). Ainda neste ano, Dodik anunciou a “elaboração de uma nova Constituição da República Sérvia e a rejeição de todas as decisões e leis impostas ilegalmente pelos Altos Representantes” (OHR, 2021b, p. 1-2, tradução minha).

Entre 2021 e 2023, a Assembleia Nacional da RS aprovou uma série de leis destinadas a reverter competências transferidas ao nível estatal, retomando unilateralmente áreas ligadas à defesa, tributação indireta, justiça e propriedade pública - uma das mais significativas foi a Lei sobre Bens Imóveis de 2022, que buscou transferir para jurisdição exclusiva da entidade terras

e ativos estratégicos de titularidade estatal como florestas e terra agrícolas, mas que foi posteriormente suspendida pelo Alto Representante (OHR, 2022).

A crise atingiu novo patamar em abril de 2023, quando uma declaração conjunta dos partidos governantes da Republika Srpska delineou os passos para uma possível secessão:

Elas incluem: Não implementação das decisões do Tribunal Constitucional da Bósnia e Herzegovina, disposição para retirar os representantes da Republika Srpska das instituições estatais, não substituição dos juízes sérvios no Tribunal Constitucional da Bósnia e Herzegovina, não implementação das decisões do Alto Representante, disposição para declarar a independência da Republika Srpska caso o Alto Representante imponha uma Lei sobre Propriedade Estatal, disposição para limitar as competências da Comissão Eleitoral Central da Bósnia e Herzegovina, disposição para reexaminar todas as leis e decisões impostas por todos os Altos Representantes até o momento e o rompimento do contato com o Escritório do Alto Representante, bem como com as embaixadas dos EUA e do Reino Unido. (OHR, 2023, p.4-5, tradução minha)

Em junho, os primeiros passos foram tomados: a RS se recusou a nomear um novo juiz para o Tribunal Constitucional do país; alterou o seu regulamento de publicação de leis para omitir a obrigação de publicar as Decisões do Alto Representante em seu diário oficial (uma condição para a entrada em vigor de atos jurídicos na RS); e aprovou uma lei para impedir a implementação e a execução de decisões do Tribunal Constitucional no território da RS (OHR, 2023). A reação do Alto Representante foi igualmente rápida: em 1º de julho invocou sua autoridade novamente e anulou ambas as leis, e em setembro a corte bósnia confirmou sua decisão de acusar formalmente o presidente da Republika Srpska, Milorad Dodik, além do diretor Diário Oficial da Republika Srpska, por falharem em implementar as decisões do Alto Representante (OHR, 2023).

Em junho de 2024, realizou-se em Belgrado a primeira Assembleia Pan-Sérvia (*“One Nation, One Assembly – Serbia and Srpska”*), que resultou na adoção de uma declaração conjunta sobre a proteção dos direitos nacionais e políticos do povo sérvio, com a presença de Milorad Dodik e do presidente sérvio Aleksandar Vučić (Fella, 2025). O encontro ocorreu semanas após a Assembleia Geral da ONU aprovar a resolução que estabeleceu 11 de julho como Dia Internacional de Comemoração do Genocídio de Srebrenica, reconhecendo formalmente o crime e convocando os Estados a adotarem medidas educativas e de prevenção. Nesse contexto, Dodik afirmou que a RS poderia precisar do apoio de Belgrado para “resolver seu status”, descrevendo a resolução da ONU como uma tentativa “maliciosa e traiçoeira” de impor ao povo sérvio uma identidade associada ao genocídio, e declarou que qualquer ação futura seria “pacífica” (Fella, 2025, p. 22).

Em julho do mesmo ano, a Assembleia Nacional da RS aprovou alterações à legislação sobre o uso dos símbolos oficiais, com o objetivo de permitir que instituições públicas exibissem o hino, a bandeira e o brasão da Sérvia, integrando formalmente elementos da “declaração pan-sérvia” adotada no mês anterior (OHR, 2024). Já em dezembro de 2024, o parlamento da entidade aprovou conclusões convocando um boicote dos representantes sérvios às instituições estatais e à agenda de integração europeia, qualificando os processos judiciais conduzidos pelo Ministério Público e pelo Tribunal da Bósnia e Herzegovina como um “julgamento politicamente armado” baseado em decisões “ilegalmente impostas” pelo Alto Representante (European Western Balkans, 2024).

É importante destacar que, para além dos laços estreitos com a Sérvia, a liderança da RS aprofundou sua relação com a Rússia e a Hungria nos últimos anos. No plano político, Dodik mantém interlocução direta e recorrente com autoridades russas, reforçando seu alinhamento com Moscou em temas estratégicos, principalmente em relação à oposição da ampliação da OTAN (Al Jazeera, 2023; Ahmatović, 2024). Concomitantemente, a Hungria consolidou-se como o principal aliado da RS dentro da União Europeia. Para além de promessas de financiamentos significativos, o país tornou-se a maior oposição quanto a iniciativas de sanção contra Dodik no âmbito da UE (Emmott, 2022; Sabanovic, 2025).

Em fevereiro de 2025, o Tribunal da Bósnia e Herzegovina proferiu a sentença: Dodik foi condenado a um ano de prisão e à proibição de exercer cargos públicos por seis anos (Al Jazeera, 2025). Ele permaneceu meses em contestação aberta, afirmando que o julgamento era politicamente motivado e incentivando protestos organizados pelo SNSD. Suas alianças externas vieram a calhar: poucas semanas após a condenação, Vladimir Putin o recebeu no Kremlin; em setembro, a Hungria acolheu Dodik em visita oficial, provocando protesto formal de Sarajevo devido ao reconhecimento um líder condenado pela justiça estatal como ainda legítimo (Le Monde, 2025; Öztürk, 2025).

Além disso, sua ausência formal não interrompeu a escalada das medidas unilaterais da RS: em março de 2025, a Assembleia da Republika Srpska aprovou unilateralmente a nova proposta de constituição da entidade, bem como uma lei complementar que prevê a criação de instituições separadas como exército e sistema judiciário próprios (Kurtic, 2025). Quanto a Dodik, sua pena de prisão foi posteriormente convertida em multa, mas a condenação e a inelegibilidade foram mantidas. Devido a sua deposição, foi convocada uma eleição emergencial para a presidência da entidade em setembro, onde elegeu-se Siniša Karan, também

membro da SNSD e aliado de longa data de Dodik. É como o próprio ex-presidente aludiu: se livre de um Dodik, e dois surgem em seu lugar (Kovačević, 2025).

5. A construção da paz na Bósnia em retrospecto

Ao revisitar o percurso de quase três décadas desde Dayton, torna-se evidente que muitos dos padrões observados na trajetória recente da Republika Srpska não podem ser compreendidos sem revisitarmos a forma sob a qual a paz foi construída no país durante seu processo de formação. O arranjo institucional concebido em Dayton operou sob a premissa de que a acomodação formal das identidades coletivas seria suficiente para promover a estabilidade. Contudo, ao cristalizar a divisão étnica como princípio organizador do Estado, o acordo congelou, ao em vez de transformar, as assimetrias que haviam moldado o conflito. Paralelamente, a presença prolongada de mecanismos de tutela internacional, especialmente nas mãos do Alto Representante, criou um sistema no qual a legitimidade decisória pode ser frequentemente deslocada para fora das instituições democráticas locais. Surge então o impasse: como uma população pode desenvolver confiança nas suas instituições estatais se o próprio arcabouço constitucional pode ser alterado por autoridades externas sempre que o impasse político se aprofunda?

A estratégia secessionista da Republika Srpska deriva diretamente dessas tensões estruturais. Ao institucionalizar identidades nacionais como fundamento do sistema político, Dayton forneceu aos atores políticos etnonacionalistas um repertório amplo para contestar o Estado sempre que necessário: boicotes causados por inação e o poder de veto tornaram-se instrumentos de barganha previsíveis. A própria lógica da política tripartite, concebida para apaziguar, acabou por oferecer oportunidades para tais elites fortalecerem agendas exclusivistas.

Esse movimento trata-se de um esforço que ultrapassa a disputa constitucional, não podendo ser dissociado do núcleo ideológico que sustenta o projeto político da Republika Srpska: a negação e relativização sistemática dos crimes de limpeza étnica e a reabilitação narrativa das lideranças responsáveis pela continuidade da violência. A construção dessa narrativa torna-se ainda mais perversa quando se considera que o território que hoje compõe a RS era substancialmente mais diverso antes da guerra, e que a homogeneização observada no pós-1995 decorreu diretamente das campanhas de limpeza étnica, dos deslocamentos forçados e da dificuldade de retorno de deslocados e refugiados não-sérvios. Ao apagar o papel dessas violências, o revisionismo reforça a ficção de que a RS teria sido não multiétnica, mas “naturalmente” sérvia desde sempre, oferecendo um verniz de continuidade histórica ao projeto secessionista que busca ampliar sua aceitabilidade social. Assim, a disputa institucional se

entrelaça com uma disputa sobre o passado, na qual a reinterpretação da guerra funciona como ferramenta para redefinir os limites do possível no presente e pavimentar a legitimidade de futuros arranjos separatistas.

Essa lógica é reforçada por falas islamofóbicas cada vez mais frequentes no discurso político da RS, na qual a população bôsníaca é reconfigurada como o “outro” dentro de seu próprio país. O discurso busca tanto reduzir sua identidade política à religião a fim de deslegitimá-la, quanto mobilizar discursos alarmistas sobre segurança e radicalização (Gadzo, 2019). Essa retórica é ressoada pelos seus aliados próximos: o primeiro-ministro húngaro chegou a descrever que a segurança da Bósnia, como país majoritariamente mulçumano, é um dos principais desafios da integração europeia dos Bálcãs (Al Jazeera, 2021).

Além disso, a estratégia atual da RS opera com horizonte temporal estendido. Como evidenciado pelos padrões de comportamento nas últimas duas décadas, a maior parte das iniciativas secessionistas não busca um desfecho imediato. Muitas das ameaças de referendos, por exemplo, não se materializam no curto prazo; seu papel é acumulativo. Trata-se de construir, gradualmente, um arcabouço político, jurídico e simbólico que normalize a ideia de eventual separação, enfraquecendo a autoridade estatal e preparando terreno para uma oportunidade futura - seja um momento de crise institucional interna, seja um ambiente geopolítico mais favorável. Por este motivo, a retirada de figuras centrais não modifica, por si só, o núcleo estratégico que sustenta o secessionismo. A experiência pós-guerra já mostrou que a saída de Karadžić não eliminou sua rede de influência, e o mesmo se aplica a Dodik hoje. E, durante todo esse processo, o estreitamento de relações com Sérvia, Rússia e Hungria cumpre a função essencial de semear as possibilidades do reconhecimento internacional da sua independência, mesmo que ainda distante.

As aspirações de adesão da Bósnia e Herzegovina à União Europeia também devem ser consideradas: apesar de o discurso pró-europeu ainda funcionar como ponto de consenso formal entre os principais partidos, a integração exige reformas que dependem de coordenação estatal, que é frequentemente fragilizada pelo padrão de boicotes e obstruções da RS nas diversas instâncias do governo. Nas últimas rodadas de avaliação da Comissão Europeia, os bloqueios funcionais mais recentes promovidos pela entidade foram apontados como um dos principais entraves ao avanço do processo de reformas (European Commission, 2025). Ao mesmo tempo, a própria liderança da RS utiliza esse impasse como prova de que a Bósnia seria inviável enquanto Estado, fechando um ciclo de autovalidação: obstrui-se para demonstrar que o sistema não funciona, e o mau funcionamento é usado para reclamar mais autonomia.

Em retrospecto, o caso bósnio revela um paradoxo central da paz liberal: ao mesmo tempo em que evitou o retorno da violência em larga escala, suas estruturas institucionais e sua lógica de tutela prolongada criaram incentivos para que elites locais maximizassem ganhos políticos por meio da polarização nacional. A dependência das estruturas internacionais para resolução de impasses e a ausência de um processo profundo de reconciliação social permitiram que o secessionismo da RS se adaptasse, se fortalecesse e se tornasse parte rotineira da vida política do país. Assim, a falha não está apenas na resistência das elites locais, mas também na incapacidade das estruturas moldadas pelo processo de construção de paz de alterar as dinâmicas que pretendia superar, deixando espaço - institucional, discursivo e estratégico - para projetos que minam a própria estabilidade que o paradigma liberal buscava garantir.

Para lidar com essas fragilidades estruturais, o Conselho de Implementação de Paz, enquanto principal fórum internacional de acompanhamento do processo de paz, precisa recalibrar sua atuação em estreita coordenação com as autoridades locais, de modo a enfrentar os bloqueios persistentes do sistema e reduzir os incentivos que alimentam a dinâmica de instabilidade. Áreas prioritárias de ação incluem:

1. **Elaborar e promover um plano de transição gradual do regime de tutela do Alto Representante para um modelo de governança plenamente doméstico, construído em consulta estruturada com comunidades locais e autoridades estatais.** O objetivo é criar previsibilidade institucional e reduzir a dependência das intervenções ad hoc do Alto Representante, que reforçam incentivos para boicotes e impasses políticos. Um plano claro de transição também diminui o espaço para narrativas que retratam o Estado como permanentemente incapaz de funcionar sem tutela externa.
2. **Promover um plano de implementação das decisões do Tribunal Europeu de Direitos Humanos acerca do sistema eleitoral vigente.** Deve-se apoiar um processo de reforma eleitoral que trata da remoção das disposições discriminatórias como um ajuste técnico indispensável ao funcionamento das instituições democráticas. Dadas as recorrentes paralisias institucionais, é fundamental desvincular essa agenda das disputas mais amplas de reforma constitucional, garantindo que o debate sobre a lei eleitoral ocorra com participação transparente de especialistas domésticos e internacionais e engajamento público mais amplo. Esse processo deve assegurar que a reforma não restrinja direitos políticos nem aprofunde a etnicização da representação, evitando que o sistema eleitoral continue a perpetuar as divisões que minam a governabilidade e a inclusão política no país.

3. **Fortalecer iniciativas de monitoramento e resposta diplomática coordenada às narrativas revisionistas e às práticas institucionais que alimentam o secessionismo sérvio-bósnio.** Deve-se apoiar mecanismos regulares de acompanhamento das medidas unilaterais adotadas pela Republika Srpska, bem como das campanhas revisionistas e islamofóbicas que buscam reconfigurar a memória pública da guerra. Ao reconhecer esses movimentos como parte de uma estratégia de longo prazo de desestabilização, o PIC pode promover respostas diplomáticas consistentes e coordenadas, reduzindo o espaço político para iniciativas que fragilizam a coesão social em nível nacional.
4. **Priorizar uma estratégia de estabilização gradual e sustentada, baseada em metas realistas e cumulativas.** Deve-se apoiar abordagens de manutenção da paz que abandonem expectativas de transformação rápida e reconheçam que a estabilidade duradoura resulta de avanços incrementais. Isso implica favorecer medidas de impacto contínuo em vez de reformas constitucionais amplas. A experiência bósnia demonstra que a consolidação democrática depende menos de arranjos formais impostos e mais do fortalecimento progressivo da legitimidade cotidiana das instituições e das relações que sustentam seu funcionamento.

6. Conclusão

O presente *Policy Paper* examinou a evolução das tensões políticas na Bósnia e Herzegovina, destacando como a trajetória recente da Republika Srpska expõe as fragilidades estruturais do *peacebuilding* estabelecido pelo Acordo de Dayton. O estudo mostrou que a combinação entre instituições desenhadas segundo linhas etnonacionais e uma tutela internacional prolongada produziu um Estado capaz de evitar o retorno da violência, mas incapaz de gerar coesão política ou estabilidade duradoura. Também se observou que a liderança da RS tem recorrido a estratégias cada vez mais frequentes de obstrução institucional e revisionismo histórico, fortalecendo uma narrativa que questiona a própria viabilidade do Estado bósnio.

A experiência bósnia deixa claro que o processo de construção da paz não pode depender de arranjos institucionais que transferem a resolução de impasses para fora do sistema político local. Qualquer reorientação do paradigma atual precisa partir desse diagnóstico: sem mecanismos que reduzam a distância entre instituições formais e dinâmicas sociais reais, a instabilidade tende a se reproduzir de forma cíclica. Ela também demonstra que narrativas sobre o passado têm impacto direto na estabilidade contemporânea: construir uma paz sustentável exige atenção sistemática à disputa pela memória, não para impor interpretações oficiais, mas sim garantir condições mínimas para que fatos estabelecidos judicialmente não sejam corroídos por agendas revisionistas.

Além disso, a instabilidade atual não pode ser compreendida sem reconhecer que a agenda secessionista da Republika Srpska é um horizonte político presente desde a criação da entidade. Ao longo das últimas décadas, essa aspiração foi incorporada ao funcionamento rotineiro das instituições, orientando escolhas estratégicas e articulando alianças externas. O secessionismo funciona, assim, menos como um objetivo pontual e mais como uma diretriz que organiza a ação política, permitindo que cada impasse, cada disputa simbólica e cada bloqueio seja usado para reforçar a ideia de que a separação é não apenas possível, mas inevitável.

Diante desse cenário, é necessário reconhecer que a estabilidade só pode avançar se o processo político voltar a operar em bases que façam sentido para quem vive o sistema no dia a dia. Isso implica enfrentar, com firmeza e coordenação, as dinâmicas que permitem que a disputa institucional seja capturada por agendas etnonacionais, ao mesmo tempo em que se constroem condições mínimas para que reformas sensíveis - como a transição gradual da tutela do Alto Representante e a adequação do sistema eleitoral - sejam conduzidas sem alimentar

novos ciclos de paralisia. O objetivo não é multiplicar mecanismos externos, mas criar espaço para que as instituições domésticas recuperem a iniciativa política, reduzindo a margem de ação de agendas que prosperam justamente quando o Estado perde capacidade de decidir sobre si mesmo.

No fim, o desafio central não é apenas institucional, mas profundamente existencial: trata-se de garantir que a Bósnia e Herzegovina possa disputar o seu futuro sem que o passado seja instrumentalizado para corroer a legitimidade do Estado ou fragmentar o espaço cívico. A consolidação de uma paz sustentável exige que reformas estruturais avancem em paralelo a um esforço contínuo de proteção da memória e de fortalecimento das práticas democráticas cotidianas, de modo que o país possa resistir a ciclos recorrentes de bloqueios e pressões secessionistas. O caminho à frente depende, em última instância, da capacidade coletiva de transformar um arranjo concebido para conter a violência em um sistema capaz de sustentar a vida política.

7. Referências bibliográficas

AHMATOVIĆ, S. Bosnian Serb leader Dodik bows to Putin. **POLITICO Europe**, 21 fev. 2024. Disponível em: <<https://www.politico.eu/article/bosnian-serb-leader-dodik-sucks-up-to-putin-and-praises-orban/>>. Acesso em: 01 nov. 2025.

AL JAZEERA. Bosnia court sentences Serb leader Dodik to one year in jail. **Al Jazeera**, 26 fev. 2025. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2025/2/26/bosnia-court-sentences-serb-leader-dodik-to-one-year-in-jail>>. Acesso em: 21 set. 2025.

AL JAZEERA. Bosnian Serbs award Putin with medal of honour. **Al Jazeera**, 9 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2023/1/9/bosnian-serbs-award-putin-with-medal-of-honour-2>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

AL JAZEERA. Hungary's PM denounced in Bosnia for anti-Muslim rhetoric. **Al Jazeera**, 23 dez. 2021. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2021/12/23/hungarys-pm-denounced-in-bosnia-for-anti-muslim-rhetoric>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

BALL, P.; TABEAU, E.; VERWIMP, P. The Bosnian Book of Dead: Assessment of the Database (Full Report). **HiCN Research Design Note 5**. Brighton: Institute of Development Studies, 2007. Disponível em: <<https://hrdag.org/wp-content/uploads/2013/02/rdn5.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2025.

BANNING, T. The “Bonn Powers” of the High Representative in Bosnia Herzegovina: tracing a legal figment. **Goettingen Journal of International Law**, v. 6, n. 2, p. 259–302, 2014. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2860899>. Acesso em: 24 set. 2025.

BERTELSMANN STIFTUNG. BTI Country Report 2024 – Bosnia and Herzegovina. 2024. Disponível em: <

project.org/fileadmin/api/content/en/downloads/reports/country_report_2024_BIH.pdf
>. Acesso em: 19 nov. 2025.

BJÖRKDAHL, A. Peacebuilding and friction: everyday interfaces of the liberal and the local. **Journal of Peace Research**, v. 66, p. 34–43, 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0962629817303463>>. Acesso em: 11 nov. 2025.

BOUTROS-GHALI, B. **An agenda for peace**: preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. UN Department of Public Information, 1992. Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/145749>>. Acesso em: 24 set. 2025.

BRUBAKER, R. From the unmixing to the remixing of peoples: UNHCR and minority returns in Bosnia. **UNHCR Research Paper**, n. 261, ago. 2013. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/sites/default/files/legacy-pdf/520a4ccf9.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1088 (1996). Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/229523?ln=en&v=pdf>>. Acesso em: 20 set. 2025.

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. Resolução 1575 (2004). Disponível em: <<https://digitallibrary.un.org/record/535571?ln=en&v=pdf>>. Acesso em: 20 set. 2025.

EMMOTT, R. EU should consider sanctions on Bosnian Serbs if crisis worsens, document says. **Reuters**, 14 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/eu-should-consider-sanctions-bosnian-serbs-if-crisis-worsens-document-says-2022-02-14/>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

EUROPEAN COMMISSION. Bosnia and Herzegovina Report 2025. Disponível em: <https://enlargement.ec.europa.eu/document/download/5d8fc547-f8f8-456f-84e3-b38998acfafd_en?filename=bosnia-and-herzegovina-report-2025.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2025.

EUROPEAN UNION. EU military operation in Bosnia and Herzegovina (Operation EUFOR ALTHEA). **European Security and Defence Policy**, 2009. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/sede/dv/sede070909factsheetalthea_/sede070909factsheetalthea_en.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

EUROPEAN WESTERN BALKANS. The Quint and EU condemn the conclusions of the RS Parliament as anti-Dayton. 26 dez. 2024. Disponível em: <<https://europeanwesternbalkans.com/2024/12/26/the-quint-and-eu-condemn-the-conclusions-of-the-republika-srpska-parliament-as-anti-dayton/>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FELLA, S. Bosnia and Herzegovina: Research Briefing. **House of Commons Library**, 2025. Disponível em: <<https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10013/>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

GADZO, M. Large increase in anti-Bosnian, anti-Muslim bigotry. **Al Jazeera**, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/features/2019/9/23/large-increase-in-anti-bosnian-anti-muslim-bigotry-report>>. Acesso em: 19 nov. 2025.

GLOBAL CENTER FOR PLURALISM. **Global Pluralism Monitor**: Bosnia and Herzegovina. 2023. Disponível em: <<https://monitor.pluralism.ca/publication/bosnia-and-herzegovina-report/>>. Acesso em: 22 out. 2025.

HADZOVIC, D. Dnevni avaz: Interview with High Representative Christian Schmidt. 2023. Disponível em: <<https://www.ohr.int/dnevni-avaz-interview-with-high-representative-christian-schmidt-2/>>. Acesso em: 17 out. 2025.

HADZOVIC, D.; REMIKOVIC, M. Catherine Ashton to meet Bosnian leaders. **Balkan Insight**, 13 maio 2011. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2011/05/13/catherine-ashton-to-meet-bosnian-leaders/>>. Acesso em: 15 out. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. Failure to arrest Radovan Karadzic gravely undermines municipal elections. 1997. Disponível em: <<https://www.hrw.org/news/1997/09/12/failure-arrest-radovan-karadzic-gravely-undermines-municipal-elections>>. Acesso em: 15 out. 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. World Report 2000 – Europe & Central Asia, 2000. Disponível em: <<https://www.hrw.org/legacy/wr2k/Eca-04.htm>>. Acesso em: 15 out. 2025.

ICTY. Radovan Karadžić case: key information & timeline. International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia. Disponível em: <<https://www.icty.org/en/cases/radovan-karadzic-trial-key-information>>. Acesso em: 18 nov. 2025.

KOVAČEVIĆ, F. Dodik declares Karan's victory. **Serbian Times**, 2025. Disponível em: <<https://serbiantimes.info/en/dodik-declares-karans-victory-they-wanted-to-remove-me-in-an-unfair-process-now-theyve-got-two-dodiks-and-theyll-be-seeing-us-every-day/>>. Acesso em: 29 nov. 2025.

KURTIC, M. Bosnian Serbs adopt new draft constitution despite condemnation. **Balkan Insight**, 14 mar. 2025. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2025/03/14/bosnian-serbs-adopt-new-draft-constitution-despite-condemnation/>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

LE MONDE. Putin receives Bosnia's wanted Serb leader Dodik in Kremlin. **Le Monde**, 1 abr. 2025. Disponível em: <https://www.lemonde.fr/en/international/article/2025/04/01/putin-receives-bosnia-s-wanted-serb-leader-dodik-in-kremlin_6739748_4.html>. Acesso em: 17 nov. 2025.

MARKO, J. BiH as multi-national state: are constituent peoples the crux of the matter? **Osservatorio Balcani e Caucaso**, 2021. Disponível em: <https://www.balcanicaucaso.org/en/cp_article/bih-as-multi-national-state-are-constituent-peoples-the-crux-of-the-matter/>. Acesso em: 22 out. 2025.

OHR. 35th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations, 2009. Disponível em: <https://www.ohr.int/35th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>. Acesso em: 22 out. 2025.

OHR. 46th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations, 2014. Disponível em: <https://www.ohr.int/46th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>. Acesso em: 1 nov. 2025.

OHR. 48th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations, 2015. Disponível em: <https://www.ohr.int/48th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>. Acesso em: 19 out. 2025.

OHR. 54th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on BiH to the Secretary-General of the United Nations, 2018. Disponível em: <https://www.ohr.int/54th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bih-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>. Acesso em: 19 out. 2025.

OHR. 56th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina, 2019. Disponível em: <https://www.ohr.int/56th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina/>. Acesso em: 19 out. 2025.

OHR. **5th Report of the High Representative for Implementation of the Bosnian Peace Agreement to the Secretary-General of the United Nations**, 1997a. Disponível em: <<https://www.ohr.int/5th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-bosnian-peace-agreement-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>>. Acesso em: 24 set. 2025.

OHR. **60th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations**, 2021a. Disponível em: <<https://www.ohr.int/60th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>>. Acesso em: 19 out. 2025.

OHR. **60th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations – ANNEX**, 2021b. Disponível em: <<https://www.ohr.int/60th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-united-nations-annex/>>. Acesso em: 19 out. 2025.

OHR. **62nd Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General**, 2022. Disponível em: <<https://www.ohr.int/62nd-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-2/>>. Acesso em: 29 out. 2025.

OHR. **64th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on BiH to the Secretary-General of the United Nations**, 2023. Disponível em: <<https://www.ohr.int/64th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bih-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>>. Acesso em: 29 out. 2025.

OHR. **66th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina**, 2024. Disponível em: <<https://www.ohr.int/66th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-un-2/>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

OHR. **67th Report of the High Representative for Implementation of the Peace Agreement on Bosnia and Herzegovina to the Secretary-General of the United Nations**, 2025. Disponível em: <<https://www.ohr.int/67th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-peace-agreement-on-bosnia-and-herzegovina-to-the-secretary-general-of-the-un/>>. Acesso em: 1 nov. 2025.

OHR. **6th Report of the High Representative for Implementation of the Bosnian Peace Agreement to the Secretary-General of the United Nations**, 1997b. Disponível em: <<https://www.ohr.int/6th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-bosnian-peace-agreement-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>>. Acesso em: 24 set. 2025.

OHR. **7th Report of the High Representative for Implementation of the Bosnian Peace Agreement to the Secretary-General of the United Nations**, 1997c. Disponível em: <<https://www.ohr.int/7th-report-of-the-high-representative-for-implementation-of-the-bosnian-peace-agreement-to-the-secretary-general-of-the-united-nations/>>. Acesso em: 24 set. 2025.

OHR. Federation of BiH (mapa). Disponível em: <<https://www.ohr.int/ohr-info/maps/images/federation-of-bih.gif>>. Acesso em: 19 out. 2025.

OHR. **Press Conference Following the Meeting of the Steering Board of the Peace Implementation Council**, 2012. Disponível em: <<https://www.ohr.int/press-conference-following-the-meeting-of-the-steering-board-of-the-peace-implementation-council-6/>>. Acesso em: 24 set. 2025.

OHR. Yugoslavia – 1981 (mapa). Disponível em: <<https://www.ohr.int/ohr-info/maps/images/yugoslavia-1981.gif>>. Acesso em: 24 set. 2025.

OROSZ, A. High Representative in Bosnia and Herzegovina: Is the More Interventionist Way the Right Way to Go? **Foreign Policy Review**, p. 134–145, 2023. Disponível em: <https://real.mtak.hu/170654/1/mki_FPR_beliv_online_134-145_orsz.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2025.

ÖZTÜRK, A. Bosnia protests Hungary for hosting convicted leader Milorad Dodik as president. **Anadolu Agency**, 2025. Disponível em: <<https://www.aa.com.tr/en/europe/bosnia-protests-hungary-for-hosting-convicted-leader-milorad-dodik-as-president/3679600>> Acesso em: 19 nov. 2025.

RAMET, S. P. **The three Yugoslavias**: state-building and legitimation, 1918–2005. Indiana: Woodrow Wilson Center Press, 2006.

RELIEFWEB. Bosnia and Herzegovina: Ethnic composition before the war (as of 1991). Disponível em: <<https://reliefweb.int/map/bosnia-and-herzegovina/bosnia-and-herzegovina-ethnic-composition-war-1991>>. Acesso em: 18 out. 2025.

REMEMBERING SREBRENICA. **List of victims**. Disponível em: <<https://srebrenica.org.uk/what-happened/list-victims>>. Acesso em: 24 set. 2025.

RFE/RL's BALKAN SERVICE. European Court Again Rules That Bosnia's Constitution Violates Human Rights. **RadioFreeEurope/RadioLiberty**, 2023. Disponível em: <<https://www.rferl.org/a/bosnia-constitution-european-court-human-rights/32569688.html>>. Acesso em: 12 out. 2025.

SABANOVIC, S. Hungary's lavish aid project for Bosnian Serb farmers now seen as PR financing. **Balkan Insight**, 23 out. 2025. Disponível em: <<https://balkaninsight.com/2025/10/23/hungarys-lavish-aid-project-for-bosnian-serb-farmers-now-seen-as-pr-financing/>>. Acesso em: 15 nov. 2025.

SEROKA, A. The Serbian referendum in Bosnia and Herzegovina. **OSW – Centre for Eastern Studies**, 28 set. 2016. Disponível em: <<https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/analyses/2016-09-28/serbian-referendum-bosnia-and-herzegovina>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SEVERO, M. B. **Determinantes sistêmicos na criação e na dissolução da Iugoslávia (1918–2002)**. Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/34678/000790789.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2025.

SEWZCZYK, B. The EU in Bosnia and Herzegovina: powers, decisions and legitimacy. **EUISS Occasional Paper 83**, mar. 2010. Disponível em: <<https://www.iss.europa.eu/sites/default/files/EUISSFiles/Occ83.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SHANNON, S. EUFOR Reserve Activation 2022. **European Union Force**, 24 fev. 2022. Disponível em: <<https://www.euforbih.org/index.php/en/latest-news/2951-eufor-reserve-activation-2022>>. Acesso em: 24 set. 2025.

SITO-SUCIC, D.; SOJA, M. United States cuts aid to Bosnian Serb ruling party. **Reuters**, 4 mar. 2008. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/world/united-states-cuts-aid-to-bosnian-serb-ruling-party-idUSL04717480/>>. Acesso em: 12 out. 2025.

SRPSKA NATIONAL. DODIK: Republika Srpska does not want a future in a colonial BiH. **SRpska National – News Agency of the Republic of Srpska**, 2025. Disponível em: <<https://srpskanational.com/republika-srpska/dodik-republika-srpska-does-not-want-a-future-in-a-colonial-bih/3516>>. Acesso em: 18 out. 2025.

STANIC, O. Bosnian Serbs threaten secession over Kosovo. **Reuters**, 22 fev. 2008. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/latestCrisis/idUSL22859447/>>. Acesso em: 12 out. 2025.

STATISTIKA.BA. Mapa. Disponível em: <<http://www.statistika.ba>>. Acesso em: 7 nov. 2025.

SUMA, R. Complexificação e desafios das operações de paz no pós-Guerra Fria: uma análise do peacebuilding na Bósnia-Herzegovina. **HADES – Revista Interdisciplinar do Grupo de Pesquisa Conflitos Armados, Massacres e Genocídios na Era Contemporânea da UNIFESP**, n. 1, p. 42–63, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.academia.edu/43236627>>. Acesso em: 17 nov. 2025.

THE GENERAL FRAMEWORK AGREEMENT FOR PEACE IN BOSNIA AND HERZEGOVINA. OSCE, 1995. Disponível em: <<https://bih.osce.org/sites/default/files/f/documents/e/0/126173.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2025.

WORLD BANK. **Bosnia and Herzegovina: From Recovery to Sustainable Growth**. Washington, 1997. Disponível em: <<https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/682101468769460337/bosnia-and-herzegovina-from-recovery-to-sustainable-growth>>. Acesso em: 24 set. 2025.

ZEKANOVIC, I. Political-geographical determinants of contemporary geodemographic characteristics of BiH with special emphasis to territorial population distribution. **Geobalcanica Conference**, 2019. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/335580724>>. International Scientific Conference GEOBALCANICA, 2019. Acesso em: 18 out. 2025.